

AS IMPLICAÇÕES DO DESENVOLVIMENTO COM VIÉS ECONÔMICO NO MEIO RURAL

Cássia Mara R. de PAIVA¹

RESUMO

Este trabalho propõe uma reflexão sobre o conceito de desenvolvimento pautado sob o viés econômico e suas implicações negativas no meio rural. Sua motivação é o entendimento de que o modelo de desenvolvimento rural percebido no país priorizou o desenvolvimento econômico ao invés do social. O objetivo é propor a discussão do tema evidenciando as consequências sociais, culturais e ambientais que as dimensões do conceito de desenvolvimento, sob o viés econômico, causaram no meio rural. Compreender as tendências do desenvolvimento percebido no mundo e, em especial, no Brasil é essencial para refletir sobre as implicações do viés econômico no meio ambiente e rural.

INTRODUÇÃO

O tema deste trabalho é uma reflexão sobre o conceito de desenvolvimento pautado sob o viés econômico e suas implicações no meio rural. Sua principal motivação é o entendimento de que o modelo de desenvolvimento rural percebido no país priorizou o desenvolvimento econômico ao invés do social.

A partir dessas implicações negativas do desenvolvimento econômico pergunta-se: como superar as implicações negativas do desenvolvimento rural pautado no econômico garantindo alimentos para a população em quantidade e qualidade necessárias? De que modo garantir a preservação e sustentabilidade dos recursos naturais? Como assegurar os direitos fundamentais para os habitantes e trabalhadores do meio rural?

Assim, o objetivo é propor a discussão do tema evidenciando as consequências sociais, culturais e ambientais que as dimensões do conceito de

¹ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais e Universidade Federal de Itajubá, email: cassia.paiva@ifsuldeminas.edu.br

desenvolvimento, sob o viés econômico, causaram no meio rural, como por exemplo, o uso irracional da terra, domínio de grandes propriedades empresariais, êxodo rural, etc..

MATERIAL E MÉTODOS

Para o desenvolvimento deste trabalho foi realizada uma revisão de literatura a fim de obter referencial teórico e metodológico acerca das tendências do desenvolvimento percebido no mundo e, em especial, no Brasil para nortear a reflexão sobre as implicações do viés econômico no meio ambiente e rural.

A coleta de dados foi realizada através de pesquisa exploratória a partir da análise e comparação de artigos, teses e livros, no formato impresso e no formato eletrônico.

Essa metodologia permitiu aproximação da questão analisada e um estudo comparativo entre os autores pesquisados, com a finalidade de elaborar hipóteses e não necessariamente chegar um discurso conclusivo sobre o tema pesquisado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo Pimenta (2014), dimensões históricas tecem significados do que predominantemente se entende por desenvolvimento, no qual carrega conceitos vinculados às teorias do planejamento, do desenvolvimentismo e da competição econômica e coloca que o termo desenvolvimento está marcado por ideologias e imposições de um modelo sobre o outro, bem como é resultante de uma invenção do ocidente para manter a hegemonia dos países ricos sobre os países mais pobres.

Neste sentido, Arrighi (1997) afirma que existem tensões para que os países pobres (semiperiféricos e/ou periféricos) alcancem padrões de riqueza que países ricos (que ele chama de “núcleo orgânico”) mantêm, gerando dependência entre países pobres e países ricos, acentuando as desigualdades sociais.

Observa-se que a construção social que denomina o desenvolvimento se limitou aos conceitos de lógica do progresso, de evolução, de modelos econômicos competitivos e do mundo industrial. Tal fato não causaria problema, se a consequência direta do desenvolvimento centralizado no econômico não resultasse em desigualdades (PIMENTA, 2014).

Para Sachs (2004), o desenvolvimento é um processo com duas vertentes, a primeira em nível econômico, diversifica e complexifica as estruturas produtivas utilizando ao mesmo tempo, incrementos significativos de produtividade de trabalho, base do aumento do bem-estar e a segunda em nível social que deve promover a homogeneização da sociedade, reduzindo as distâncias sociais que separam diferentes camadas da população.

Por sua vez, Pimenta (2014), aponta a necessidade de pensar o desenvolvimento para além do capital, afirmando que o social e questões externas à economia, devem ganhar força na análise sobre o desenvolvimento e que a sociedade deve estar à frente da tomada de decisão dos destinos do país, da região, do local, em termos de trajeto do econômico, do social, do político, do cultural e dos movimentos sociais.

As discussões de meio ambiente, impactado pelas condições humanas, éticas, socioculturais, socioeconômicas, sociopolíticas, mostram relevância para se pensar em um desenvolvimento com maior sustentabilidade (*idem*).

Sachs (2004), também afirma a necessidade de concentrar esforços a fim de desenhar uma estratégia de desenvolvimento que seja ambientalmente sustentável, economicamente sustentada e socialmente incluyente, apesar de propor ações que não superam os interesses do capital.

Este conceito de desenvolvimento pautado no econômico gerou graves consequências para o meio rural. Ao longo do tempo surgiram grandes propriedades empresariais utilizando tecnologia de ponta para ampliar a produção de alimentos prioritariamente para a exportação, resultando no uso irracional da terra, e na desvalorização da agricultura familiar como aponta Cavallet (1999):

As atividades historicamente praticadas no meio agrário visavam, basicamente, a produção de alimentos e a extração de riquezas naturais. Decorrente da crescente desestruturação e degradação dos recursos naturais ocasionada pelo modelo adotado e a partir do surgimento da consciência social sobre a importância dos mesmos para a humanidade, a sustentabilidade ecológica do setor passou a merecer maior atenção. Com o avanço dos direitos fundamentais do homem, em contraposição com a progressiva degradação das condições de vida nos grandes centros urbanos, o setor agrário apresenta-se, potencialmente, como um meio em que um novo modo de vida com qualidade pode ser desenvolvido (CAVALLET, 1999 pag. 45).

Sachs (2004) aponta que a modernização tecnológica do país fechou milhões de postos de trabalho no setor agropecuário, em que, o crescimento pífio da economia não compensa os efeitos da modernização tecnológica.

Apesar da modernização tecnológica, a produção de alimentos no Brasil e no mundo não conseguiu suprimir a fome.

Por sua vez, Sen (2001), afirma que a fome não se relaciona só com a capacidade de produção de alimentos e a expansão agrícola, mas também ao funcionamento de toda economia, sendo que, o combate à fome está ligado nas possibilidades de produção e de seu uso, e onde atua o papel fundamental da tecnologia, pois as possibilidades de produção são determinadas e influenciadas pela tecnologia e os conhecimentos disponíveis e pelo potencial das pessoas para organizar seus conhecimentos e dar-lhes uso efetivo.

Já Castel (2005), salienta que para humanidade, a fome foi por muito tempo um verdadeiro risco alimentar, e continua sendo para muitos países, principalmente para países pobres, mas nos países ricos comer se tornou perigoso em virtude de riscos como o consumo de carne contaminada de animais com a doença da vaca louca e de inúmeros produtos cancerígenos contidos nos alimentos.

Desta forma, faz-se necessário o uso da tecnologia que priorize a implantação de um manejo sustentável dos recursos naturais que garanta uma produção de alimentos de qualidade para atender a demanda da população. Além disso, Sen (2001), afirma que quando uma safra é arruinada, não só a oferta de alimentos é afetada, como também o emprego e a forma de sustento de várias famílias são perdidos.

Até mesmo o preço dos alimentos ao consumidor será afetado pela magnitude de produção de alimentos. Quando se considera os problemas de alimentos no nível global, não existe oportunidade de obter alimentos fora da economia. Por essa razão existe o medo frequente de a produção de alimentos esteja diminuindo no mundo (SEN, 2001).

Para Sachs (2004), o fato de o Brasil possuir uma fronteira agrícola ainda não totalmente explorada, junto com a maior biodiversidade do mundo e climas diversos favoráveis à produtividade permite-se pensar em um novo ciclo de desenvolvimento rural.

Para esse novo ciclo de desenvolvimento rural Sachs (2004), aponta a agricultura familiar como estratégia, sendo que, atualmente cerca da metade da população mundial é constituída de agricultores familiares, os mais atrasados do ponto de vista técnico tem produtividade ínfima ao se comparar com agricultores modernos altamente mecanizados, que poderiam tirar do mercado a massa dos

agricultores familiares, com consequências sociais drásticas na ausência de estratégias que protejam esses agricultores familiares, e ao mesmo tempo, promova gradual modernização, reduzindo a disparidade existente na produtividade do trabalho. O autor ainda aponta que a agricultura familiar atualmente é grande responsável pela ocupação do meio rural no Brasil e tem ainda um longo caminho pela frente, tanto mais que a sua modernização gradual torna-se viável e com a sua consolidação o país poderá contar com um sistema de segurança alimentar. Parte do agronegócio que tem relevância no comércio exterior, é constituído por agricultores familiares como, por exemplo, do setor de aves.

Segundo Sachs (2004), o progresso da agricultura familiar brasileira requer soluções intensivas em conhecimentos e trabalho, porém poupadoras do capital, da energia fóssil e de recursos naturais escassos ao contrário dos países industrializados que investem em uma agricultura intensiva de capital e poupadora de mão de obra. O autor também afirma a necessidade da reforma agrária ser bem conduzida e cobrar resultados dos seus beneficiários e incentivar iniciativas como, cooperativas de produção, venda, poupança e crédito entre outras formas de associativismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, não se trata de colocar em pauta somente a agricultura familiar, além de fortalecer as pequenas propriedades e diversas formas de cooperativismo deve-se pensar no desenvolvimento rural para além do capital, a fim de garantir alimento em quantidade e qualidade para sociedade, a equidade para os habitantes e trabalhadores do meio rural e a preservação do meio ambiente.

Para Sachs (2004), o importante é raciocinar em termos de desenvolvimento rural e não meramente agrícola, promovendo a pluriatividade dos membros das famílias de agricultores e incentivando empregos rurais diversos como, por exemplo, nas agroindústrias, no artesanato, em pequenas indústrias descentralizadas, na prestação de serviços técnicos, de manutenção, sociais e pessoais, no transporte, na construção e no desenvolvimento de atividades turísticas.

Já para Cavallet (1999), o desafio que se impõe é a construção de um modelo de desenvolvimento agrário, no qual além de outras novas atividades, busque-se garantir a segurança alimentar da humanidade, a inserção de um manejo

sustentável dos recursos naturais e a garantia dos direitos fundamentais e justiça social. A prioridade deve buscar condições para que as atividades econômicas ali desenvolvidas, sejam elas agrícolas ou não, deixem de ser apenas um fim e passem a ser meio de vida, capaz de viabilizar um novo modo de vida para todos aqueles que optarem em ali viver e trabalhar.

Segundo Pimenta (2014), tudo está aberto e não existem caminhos seguros que determinem um desenvolvimento aceitável, mesmo diante dos parâmetros mínimos mensuráveis estabelecidos pela ordem social em vigência, uma vez que ainda o conceito de desenvolvimento se pauta na relação capital versus trabalho, no produto tecnológico, no crescimento, no domínio dos fracos pelos fortes.

Permanece o desafio de pensar o meio rural com um olhar além dos conceitos de progresso e de capital versus trabalho, de forma a buscar um desenvolvimento mais justo e aceitável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

CASTEL, Robert. **A Insegurança Social: o que é ser protegido?** Petrópolis, RJ, Vozes, 2005.

CAVALLET, V. J. **A formação do engenheiro agrônomo em questão: a expectativa de um profissional que atenda as demandas sociais do século XXI**. São Paulo, 1999. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.unioeste.br/cursos/rondon/agronomia/docs/formacao_do_eng_agronomo.pdf>. Acesso em: 23 de março de 2014.

PIMENTA, C. A. M. **TENDÊNCIAS DO DESENVOLVIMENTO**: Elementos para reflexão das dimensões sociais na contemporaneidade. *In*: Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, Taubaté, SP, UNITAU, 2014 (no Prelo).

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro, Garamond. 2004.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.